

HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR
BERNARDINO ALVES - HIMABA

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNARDINO ALVES - HIMABA

Demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do superávit

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves - HIMABA
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves - HIMABA ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves - HIMABA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº2, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

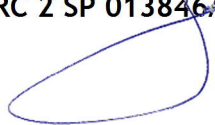


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 03 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - BA


Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC BA 017715/O-5

HIMABA - Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves

Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

| Ativo | | | Passivo | | |
|-------------------------------|------|-------|---------------------------------------|------|-------|
| | Nota | 2017 | | Nota | 2017 |
| Ativo circulante | | | Passivo circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 6.260 | Fornecedores | 5 | 1.570 |
| Outras contas a receber | | 133 | Obrigações sociais e trabalhistas | 6 | 1.423 |
| Estoque | 4 | 1.904 | Obrigações fiscais | 7 | 236 |
| | | | Outras obrigações | 8 | 4.175 |
| Total do ativo circulante | | 8.297 | Total do passivo circulante | | 7.404 |
| | | | Passivo não circulante | | |
| | | | Provisões para rescisões trabalhistas | 9 | 789 |
| | | | Provisão para encargos INSS - Cebas | 10 | 104 |
| | | | Total do passivo não circulante | | 893 |
| Total do ativo | | 8.297 | Total do passivo | | 8.297 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIMABA - Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves

Demonstração do superávit

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

| | <u>Nota</u> | <u>2017</u> |
|----------------------------------|-------------|---------------------|
| Receita de serviços | | 18.292 |
| Custo dos serviços prestados | 11 | (12.954) |
| Superávit bruto | | <u>5.338</u> |
| Receitas (Despesas) operacionais | | |
| Gerais e administrativas | 12 | (1.850) |
| Receitas financeiras | | 3 |
| Despesas financeiras | | (17) |
| Superávit do exercício | | <u><u>3.474</u></u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIMABA - Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

| | <u>2017</u> |
|--|---------------------|
| Das atividades operacionais | |
| Superávit do exercício | 3.474 |
| Ajustes para reconciliar o superávit ao caixa gerado pelas atividades operacionais | |
| Provisão para rescisões trabalhistas | 104 |
| Provisão para encargo INSS - Cebas | 789 |
| | <u>893</u> |
| Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos | |
| Estoque | (1.904) |
| Outras contas a receber | (133) |
| Fornecedores | 1.570 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 1.423 |
| Obrigações fiscais | 236 |
| Outras obrigações | 701 |
| Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais | <u>6.260</u> |
| Das atividades de investimento | |
| Adições ao ativo imobilizado e intangível | - |
| Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento | <u>-</u> |
| (Diminuição)/aumento de caixa e equivalentes de caixa | <u><u>6.260</u></u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | |
| No início do exercício | - |
| No final do exercício | 6.260 |
| (Diminuição)/aumento de caixa e equivalentes de caixa | <u><u>6.260</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização - IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

O Instituto de Gestão e Humanização (IGH) assumiu a administração operacional do Hospital Estadual Infantil Alzir Bernardino Alves (HIMABA), situado na avenida Min. Salgado Filho, nº 918, Cristovão Colombo, Vila Velha, Espírito Santo, em 01 de outubro de 2017 com objetivo de gestão e operacionalização, que compreende a prestação de serviço de assistência à saúde, bem como a administração e manutenção de toda infraestrutura de acordo com o exposto em contrato. O serviço será prestado em regime hospitalar que contará com os atendimentos segundo o grau de complexidade de sua assistência e capacidade operacional, compatível com seu porte

O contrato de gestão 001/2017 possui prazo original de vigência de 5 (cinco) anos e valor global estimado em R\$ 76.180.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 15 de abril de 2015 o IGH teve deferido seu pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção do certificado o Instituto e, conseqüentemente, os contratos sob a sua gestão foram beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017, abrangem apenas as operações do Hospital Estadual Infantil Alzir Bernardino Alves (HIMABA), sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da Secretária do Estado do Espírito Santo - SESA, que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares. Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data

do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 23 de março de 2018.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros

fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.7. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.8. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do superávit (déficit) do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores

correspondentes à isenção previdenciária não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde goza do benefício da sua isenção.

2.9. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.10. Reconhecimento de receitas e custos - apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação do HIMABA não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

3. Caixa e equivalentes de caixa

| | |
|------------------------|--------------|
| | 2017 |
| Bancos | 1 |
| Aplicações financeiras | 6.259 |
| | <u>6.260</u> |

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplica-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNARDINO ALVES - HIMABA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

4. Estoque

| | 2017 |
|-------------------------|--------------|
| Materiais Hospitalares | 945 |
| Medicamentos | 560 |
| Dietas enterais | 143 |
| Materiais de manutenção | 141 |
| Materiais de expediente | 28 |
| Materiais de radiologia | 26 |
| Outros | 61 |
| | <u>1.904</u> |

5. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional do HIMABA, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

6. Obrigações sociais e trabalhistas

| | 2017 |
|-------------------------------------|--------------|
| Salários e ordenados | 879 |
| Provisões para férias | 290 |
| FGTS a recolher | 93 |
| INSS a recolher | 90 |
| Rescisões a pagar | 23 |
| IR a recolher s/ folha de pagamento | 23 |
| Encargos sobre férias | 23 |
| Contribuição sindical | 2 |
| | <u>1.423</u> |

7. Obrigações fiscais

| | 2017 |
|----------------------------|------------|
| PIS/COFINS/CSLL a recolher | 67 |
| INSS a recolher - PJ | 90 |
| ISS a recolher | 46 |
| IRPF a recolher | 33 |
| | <u>236</u> |

8. Outras obrigações

| | 2017 |
|-----------------------------------|--------------|
| Repasses recebidos a executar (a) | 3.485 |
| Outras contas a pagar | 690 |
| | <u>4.175</u> |

(a) Refere-se ao superávit apurado no exercício de 2017.

9. Provisão para rescisões trabalhistas

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

10. Provisão para encargo INSS - Cebas

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização - IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso). O IGH obteve o seu Certificado - CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhe-los, até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde. Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2017, A Entidade não figura como ré em demandas judiciais de natureza diversas.

12. Custo dos serviços prestados

| | 2017 |
|------------------------------|-----------------|
| Medicamentos e materiais (a) | (1.679) |
| Pessoal (b) | (4.722) |
| Serviços prestados (c) | (6.553) |
| | <u>(12.954)</u> |

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNARDINO ALVES - HIMABA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

| | 2017 |
|----------------------------|----------------|
| Medicamentos | (246) |
| Materiais hospitalares | (947) |
| Gases hospitalares | (74) |
| Materiais de radiologia | (6) |
| Órteses e próteses | (12) |
| Dietas enterais | (66) |
| Dietas parenterais | (23) |
| Materiais de uso e consumo | (305) |
| | <u>(1.679)</u> |

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

| | 2017 |
|-------------------------|----------------|
| Salários e ordenados | (2.313) |
| 13º salário | (237) |
| Férias | (336) |
| Rescisões | (117) |
| Prêmios e gratificações | (180) |
| Horas extras | (84) |
| Adicionais | (287) |
| Vale transporte | (120) |
| FGTS | (245) |
| INSS - CEBAS (i) | (789) |
| OUTROS | (14) |
| | <u>(4.722)</u> |

(i) Refere-se a cota patronal do INSS, vide nota explicativa nº 11.

HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNARDINO ALVES - HIMABA
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

(c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

| | 2017 |
|---------------------------------------|----------------|
| Honorários médicos | (3.843) |
| Serviço de limpeza e higienização | (599) |
| Serviço de lavanderia | (201) |
| Serviço de segurança patrimonial | (474) |
| Serviço de laboratório e radioterapia | (268) |
| Serviço de nutrição | (888) |
| Serviço de engenharia clínica | (280) |
| | <u>(6.553)</u> |

13. Despesas administrativas

| | 2017 |
|------------------------------------|----------------|
| Serviços de manutenção | (209) |
| Serviços de processamento de dados | (90) |
| Serviços gerais | (403) |
| Aluguéis gerais | (524) |
| Impostos e taxas | (2) |
| Despesas de serviços gerais | (622) |
| | <u>(1.850)</u> |

14. Seguros

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos do Hospital Estadual Infantil Alzir Bernardino Alves (HIMABA), compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.